CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE N° 767/68

INTERESSADA: Râmisa Jorge

ASSUNTO: Indicação da interessada para lecionar a disciplina "Cálculo Vetorial e Geometria Analítica" na FFCL de São José do Rio Pardo.

RELATOR: Cons° Celso de Rui Beisiegel

PARECER CEE N° 26/90 CTG "D" APROVADO EM 30.01.90

COMUNICADO AO PLENO EM 06.12.89

1. HISTÓRICO:

A direção da Faculdade de Filosofia Ciências, e Letras de São José do Rio Pardo submete ao Conselho a indicação de Râmisa Jorge para, na categoria de Professor I, ministrar a disciplina "Cálculo Vetorial e Geometria Analítica" junto ao Departamento de Ciências Exatas do Curso de Ciências (Habilitação em Matemática).

2. APRECIÇÃO:

A interessada já indicada anteriormente pela Faculdade em pauta obteve, por parte deste Conselho, os Pareceres números:

689/84 - favorável, para ministrar, na categoria de Professor I, as disciplinas: Estatística Aplicada à Educação e Matemática Complementos;

1376/84 - favorável, para ministrar na categoria de Professor I, a disciplina Medidas Educacionais.

A interessada é licenciada em Matemática pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras - USP - 1955. Estudou no Curso as disciplinas objeto da presente indicação.

Também é licenciada em Pedagogia pelo IES de Mococa.

Participou de vários cursos de curta duração e extensão universitária ligados à área de Matemática.

Concluiu os seguintes cursos de especialização:

- Curso de Férias de Matemática promovido pela CECISP,

no período do 13 a 31 de 1969, 120 h/a;

- Curso sobre: Tecnologia de Ensino em Ciências, promovido pela UNIFRAN, no período de 05/03/82 a 18/12/82, com um total de 360 horas.

Foi classificada em nono lugar no concurso para provimentos dos cargos de professor secundário de Matemática, em 1954.

Obeve o Parecer CFE n° 0288/69 - favorável para ministrar as disciplinas: Cálculo Diferencial e Integral, Desenho Geométrico e Geometria descritiva na FFCL de Guaxupé.

A grade horária apresentada está de acordo com a Deliberação CEE n° 10/86.

3. CONCLUSÃO:

Nos termos da Deliberação CEE n° 05/80, reconhece-se a qualificação de Râmisa Jorge para lecionar na categoria docente de Professor I, a disciplina "Cálculo Vetorial o Geometria Analítica", na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Pardo.

A contratação, de responsabilidade da FFCL de São José do Rio Pardo, tem caráter excepcional, em regime de CLT, consoante o art. 37 da Constituição Federal.

São Paulo, 08 de novembro de 1989.

a) Cons^o Celso de Rui Beisiegel

Relator

4. DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO TERCEIRO GRAU adota, como seu Parecer, o Voto do Relator. O Cons^o João Gualberto de Carvalho Meneses foi voto vencido, nos termos de sua declaração de voto anexa.

Presentes os nobres Conselheiros: Benedito Olegário Resende Nogueira de Sá, Elmara Lúcia de Oliveira Bonini, Eurico de Andrade Azevedo, João Gualberto de Carvalho Meneses, Newton César Balzan, Ubiratan D'Ambrósio.

Sala da Câmara do Ensino do Terceiro Grau, em 6/12/89.

a) Cons^o Celso de Rui Beisiegel

Presidente

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PARECER CEE 26/90

DECLARAÇÃO DE VOTO

O art.37 da Constituição Federal de 05/10/88 estabelece os princípios referentes à administração pública, entre os quais, que "a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação previa em concurso público de provas ou de provas e títulos ..." (inciso II). Os estabelecimentos de ensino superior municipais (públicos) continuam, entretanto, recrutando docentes sem a observância do dispositivo constitucional.

Somos de opinião de que a Câmara do Terceiro Grau e o Conselho Estadual de Educação deveriam adotar medidas urgentes para impedir a continuidade dessas irregularidades e, para isso, propomos:

1.a sustação da apreciação de indicação de professores nos termos da Deliberação CEE nº 05/80.

2.solicitação aos estabelecimentos municipais de ensino superior para que proponham alterações em seus regimentos, adaptando-os às normas constitucionais federal e estadual, no prazo de 30 (trinta) dias.

3.que enquanto isso os citados estabelecimentos apenas contratariam docentes em casos de substituição por tempo determinado.

4.que esta declaração de voto se destine à inclusão nos votos contrários dados em processos de indicação de docentes de estabelecimentos municipais de ensino superior.

São Paulo, 29 de novembro de 1989.

a) Cons. João Gualberto de Carvalho Meneses

Autor